

## GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO URBANO

Entrevista\* com o professor JAN BITOUN\*\*

Entrevistadores: Luciane M. de Oliveira Marisco\*\*\*  
e Luis Paulo Valente\*\*\*\*

**Luciane:** Professor Jan, para iniciar a conversa gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre o seu interesse pela Geografia, sua formação e trajetória profissional.

**Jan:** A Geografia sempre influenciou a minha relação com o mundo. Eu tenho lembranças muito claras de quando nasceu esse interesse pela Geografia. Foi quando eu tinha, acredito, uns cinco anos e meus pais me deram um livro que falava sobre "as casas do mundo". Então eu gostei muito desse livro, especialmente da "Casa Dinamarquesa". Dalí pra cá, não sei por quê, a sempre querer me informar sobre as coisas da Dinamarca... Engraçado, acabei me tornando um especialista sobre a Dinamarca. Eu também sempre gostei muito de atlas e de livros de Geografia. Lia muitos livros que contavam histórias de expedições, descobrimentos, etc. Quando eu tinha entre 10 e 11 anos, lembro-me de que gostava de uma coleção que tinha uns livros sobre as viagens dos jesuítas na China, Tartária e Mongólia, etc. Enfim, eu sempre gostei muito de histórias de viagens e de me informar sobre os países, de forma que quando eu escolhi a faculdade, fiquei de escolher entre estudar Geografia ou História. Mas acabei decidindo por fazer Geografia, por achar que ela tinha algo de mais concreto, prático. Apesar de eu gostar muito de História, achei que minha tendência em não ficar apenas em livros e arquivos seria muito exagerada, e eu não

\* Entrevista realizada em 10 de Novembro de 2002, no âmbito em que o professor Jan Bitoun esteve em Presidente Prudente-SP participando do Seminário de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

\*\* Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

\*\*\* Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente. E-mail: lucianemarisco@hotmail.com

\*\*\*\* Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente. E-mail: lvalente@hotmail.com

queria isso. E realmente eu acabei gostando muito da Geografia, a qual eu vejo sempre associada a um interesse cultural mais amplo: ela é uma abordagem de mundo que cruza com outras perspectivas e concepções.

No que diz respeito à atividade profissional, eu comecei no ensino. Mas antes eu tive uma primeira grande experiência com atividade de pesquisa, que foi na minha monografia, para a qual eu fiz um estudo sobre o centro da cidade de Lisboa, em Portugal. Então, quando voltei de Portugal, fui aprovado no concurso e passei a lecionar. Fiquei então durante um ano lecionando e fui chamado para prestar o serviço militar. Mas, enquanto professor, tive a oportunidade de participar de um programa de cooperação técnica do Exército, no âmbito do qual eu acabei indo lecionar no exterior. Mas embora eu tivesse pedido para vir para o Brasil, o Exército acabou me mandando para o Canadá. Passei então dois anos na cidade de Edmonton, lecionando numa universidade. Era uma época em que o governo federal canadense estava incentivando a montagem de cursos em língua francesa, até nas províncias do oeste, em função das tensões que haviam entre Québec e o restante do Canadá. Após o serviço militar, voltei para a França e continuei a lecionar.

Sobre a minha primeira vinda ao Brasil, foi em 1977, quando eu ingressei no que na França chamam de Diploma de Estudos Aprofundados, que é antes do Doutorado. Como eu gostava muito do Brasil – na minha geração havia um forte interesse político e cultural para com a América Latina – e também o estudava, através de livros e de cursos dados por professores que moraram no Brasil, acabei vindo para cá... Em 1976, encontrei durante o Congresso da União Geográfica Internacional, sediado na União Soviética, a Professora Bertha Becker, da UFRJ. Foi em Dushambé, no Tajiquistão, e conversei com ela da minha vontade de vir ao Brasil e de estudar algo sobre regiões pioneiras. No seminário da UGI, Bertha Becker apresentou uma comunicação sobre a Belém-Brasília que me deixou animado. Então, em 1977, fiquei durante três semanas na cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, lugar sobre o qual havia feito meu projeto de estudo. Também andei por outros lugares do Brasil, e já estava decidido a vir para cá quando mandei meu currículo para ser professor visitante na Universidade Federal de Pernambuco, com a qual o professor Rochefort, meu orientador, mantinha relações, especificamente com o professor Manuel Correia de Andrade. Demorou então aproximadamente um ano e meio para eu poder vir definitivamente lecionar na UFPE, após resolver uma série de problemas. Depois terminei meu doutorado e passei no concurso da universidade, efetivando-me como professor.

Além de atuar no ensino, outro tipo de experiência profissional que tive foi no planejamento. Minha primeira experiência diretamente ligada ao planejamento foi na época da elaboração do novo Plano Diretor de Recife, em conformidade com o previsto na Constituição de 1988. Até então eu apenas estudava e fazia conferências, mas não tinha nenhuma experiência prática com o planejamento. Como eu era coordenador do mestrado na UFPE, acabei sendo convidado para participar de uma comissão, a de "Órgãos Públicos", em que discutíamos os textos que estavam sendo elaborados por um consórcio de consultoras. E eu me lembro que participei com bastante seriedade dessa comissão, mas ela tinha vários problemas porque não dava continuidade aos trabalhos.

Bem... eu comecei a ser chamado para participar efetivamente de atividades ligadas ao planejamento, a partir de uma palestra que eu dei, num grande auditório (e, que me lembro, foi aberto à comunidade em geral), sobre a evolução histórica de Recife. E eu tinha sido chamado para dar essa palestra, mas não sabia bem o que eu ia ousar dizer, porque é realmente difícil falar aos recifenses sobre a evolução urbana de Recife. Bom, mas eu acabei montando uma interpretação na qual, eu acho, o pessoal se reconheceu. Fiquei então muito surpreso porque não era uma abordagem tradicional, mas evidentemente um outro olhar.

Agora de fato minha experiência real com o planejamento se deu quando fui convidado para dirigir e participar do Diretório de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Recife, órgão ligado à Secretaria de Planejamento Municipal. Esse convite se deu em 1992, na época em que estavam sendo formados os quadros do novo governo municipal. Eu percebi que eles queriam alguém que fosse politicamente, digamos, "neutro" e que tivesse de certa forma um conhecimento do ponto de vista técnico. E eu fiquei muito impressionado com o convite, porque eu nunca tinha pensado que ia fazer isso, mas claro eu aceitei. E foi um desafio muito grande e acabei aprendendo muitas coisas. Mas além dessas experiências, tive outras como a de assessor na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Planejamento e em outros órgãos de participação como comissões, comissões de trabalho, etc. Isso tudo, sempre como acadêmico trabalhando para a finalidade técnica, ou seja, produzindo textos, avaliando projetos, etc., ou seja, realizando um trabalho diferente daquele de dirigir ou comandar um grupo de técnicos numa instituição pública.

Agora quanto ao papel da Geografia nesse desempenhar técnico, eu vejo que ela permite fazer revelações que outros especialistas normalmente não fazem. Nós geógrafos, por sermos um pouco generalistas, isto é, por trabalharmos o espaço geográfico e todos os sistemas de relações que ele comporta, acabamos dando visibilidade a fatos, relações e coisas que outros profissionais geralmente não observam. Por essas características, acredito que o trabalho do geógrafo acaba sendo fundamental num grupo técnico multidisciplinar. E o que dá legitimidade ao nosso trabalho num grupo dessa natureza, é a nossa capacidade de produzir um conhecimento muito concreto do lugar, de território mesmo. E é daí que eu vejo a importância dos estudos clássicos de território na formação dos geógrafos.

**Luciane:** Professor, falando um pouco dessa formação, que análise o senhor faz da relação teoria-prática na atuação profissional do geógrafo, visto que é muito expressivo profissionais se formarem com uma boa base teórica, entretanto, sem desenvolver nenhuma relação direta com as questões práticas do seu campo de atuação. E como o senhor vê a estruturação dos Cursos de Geografia diante dessa questão?

**Jan:** Essa questão precisa sem dúvida de uma outra, enfocando um outro lado. É aquele no qual muitas pessoas que desenvolvem algum trabalho prático acabam caindo num pragmatismo terrível, perdendo totalmente as referências teóricas. Mas realmente o que ocorre com mais frequência são pessoas com grande bagagem e preocupações teóricas, mas que não conseguem chegar, vamos dizer, a uma Geografia ativa, no sentido daquilo que está no livro "*Geografia Ativa*", de Pierre George. A verdade é que eu não consigo conceber a teoria distante da prática, porque no fundo, o que é a teoria? Ela é a "chave" sem a qual você não consegue fazer uma leitura e organizar em termos de conhecimento, os fatos concretos de uma dada realidade que você se propõe a conhecer, e até intervir. E no processo de planejamento tem que ser assim, você precisa voltar constantemente à discussão teórica, caso contrário você acaba perdendo os elementos que lhe permitem fazer uma leitura mais rica da realidade, como também acaba perdendo a capacidade de nela intervir. Enfim, você não consegue compreender e transformar uma dada realidade sem o intermédio da teoria.

Agora com relação à Ciência Geográfica, eu vejo que ela tem hoje um corpo teórico bem mais explícito, o que, por sua vez, permite ao geógrafo um bom desempenho em trabalhos práticos. Portanto, acredito que a formação e o contato com as bases teórico-conceituais da Geografia são de fundamental importância para a atividade profissional do geógrafo. E com relação a isso, eu lembro que na minha formação a carga instrumental era muito grande. Não havia muita carga teórica. Isso porque, na minha geração, a Geografia ainda não tinha descoberto suas bases teóricas, ou essas ficavam quase implícitas. De fato, eu não tive na minha graduação uma formação sobre as bases conceituais da Geografia.

Agora, com relação aos cursos de Geografia hoje, eu acho que eles devem dar ao aluno, de um lado, uma formação ampla sobre as bases teóricas da Geografia e, de outro, um conhecimento e domínio de Instrumentos técnicos. Mas não podemos cair, evidentemente, nas *geotecnologias* como se elas fossem capazes de sozinhas darem respostas às nossas questões. Ou seja, elas são ferramentas importantes e devemos saber usá-las, e a formação do geógrafo deve contemplar isso. Entretanto, deve haver também uma formação teórica, sem a qual o instrumental na Geografia não faz sentido. Quero dizer com isso que a especulação teórica é essencial. Em relação a isso, lembro-me de uma frase de um texto publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, na coluna do Delfim Neto... O Delfim escreve que ele tinha visto na entrada de um departamento de Matemática, numa universidade da Escandinávia, um cartaz no qual estava escrito mais ou menos o seguinte: "*Nos não conseguimos resolver todos os nossos problemas nem responder a todas as nossas questões, mas com muito esforço e trabalho conseguiremos formular respostas cada vez mais precisas sobre problemas cada vez mais relevantes*". E eu acho que é isso. A especulação teórica, a bagagem teórica é para isso, é para sermos capazes de formular respostas cada vez mais precisas e questões cada vez mais relevantes, mas sem acharmos que vamos resolver todos os nossos problemas.

**Luciane:** Professor, com relação às questões do planejamento urbano, assistimos nesses últimos anos o avanço do neoliberalismo nas concepções de planejamento materializadas nos planos estratégicos, os quais vieram reforçar ainda mais o papel da cidade como mercadoria. Na sua avaliação, quais seriam as alternativas para podemos superar essa visão capitalística da cidade, tanto na definição de políticas públicas quanto na sua gestão?

Jan: Veja, isso [a visão neoliberal no planejamento urbano, configurada nos "planos estratégicos"] é uma evolução que se deu no pensamento de urbanistas e tem a partir da experiência de Barcelona um maior dimensionamento. É interessante notar que há uma diferença grande entre os urbanistas e nós [geógrafos], porque eles têm uma forte inserção internacional, ou seja, o urbanismo é quase o mesmo em todos os países numa determinada época. Portanto, as idéias que o urbanismo articula são idéias que rapidamente acabam por se espalhar por todo o corpo de urbanistas. Mas, lógico, nós geógrafos também trabalhamos com idéias internacionais, entretanto, preocupados com os impactos dessas idéias em situações concretas que historicamente são diferenciadas. Quero dizer que quando pousa um determinado tipo de prática, isso vai se dar em ambientes que, pela sua natureza e construção histórica são diferenciados. E, de fato, nós trabalhamos mais essas diferenças que os urbanistas, porque eles têm, digamos, um pensamento mais normativo. Bom, eu diria que há, então, embates entre idéias dominantes do Urbanismo e idéias da Geografia. Só para ilustrar, veja, nessa gestão agora do Recife tive uma discussão com uma arquiteta urbanista (que é sem dúvida uma pessoa muito séria, estudiosa, etc.), e ela falava sobre aquilo que dava identidade a cidade do Recife, que eram as pontes, o centro, etc.; e que era para esses lugares é que se deveriam direcionar os investimentos. Em função disso, acabamos tendo uma discussão, via e-mail, na qual chegamos à conclusão que o que eles [os urbanistas] chamavam de espaço do urbanismo não era a mesma coisa que o espaço geográfico. Ou seja, são concepções diferentes. E nessa discussão eu dizia para ele que o que me interessava era saber como determinadas identidades são escondidas, são negadas, embora existam. Bom, eu diria então que nós temos que ter consciência de que quando falamos de espaço, não estamos nos referindo ao mesmo espaço dos urbanistas. E não é porque trabalhamos com as cidades que temos que pensar como urbanistas. A verdade é que nós temos concepções diferenciadas, sem querer dizer com isso que somos adversários.

Voltando agora a questão do empreendedorismo, dos planos estratégicos, acho que precisamos pensar o que significa a aplicação de tal concepção de planejamento em cidades tão diferentes, seja pela sua formação histórica, seja pelas suas características sociais, econômicas, etc. Ou seja, temos que pensar que as conseqüências não serão as mesmas. Na cidade de Barcelona, por exemplo, havia todo aquele movimento de moradores extremamente sólido, com uma velha tradição. Havia lá o interesse de se recuperar a identidade

catalã. Já aqui, por exemplo, se pegarmos os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, o que vamos ver é praticamente a "fula" das elites e da classe média. E no caso da cidade de Recife, que teve aquele plano estratégico chamado "Projeto Capital", o que vemos é ainda pior, é uma simples caricatura de outros planos. Vou até contar uma história pitoresca que se deu na época desse "Projeto Capital" (que foi elaborado segundo os moldes do plano de Barcelona). Havia um arquiteto que colocou que um dos principais problemas era o fato de que o grosso da população não tinha "cultura urbana", e que isso tornava, portanto, muito difícil o trabalho daqueles que cuidavam da qualidade do espaço urbano... Ora, se você começa desqualificando a sua população, é impossível fazer um plano estratégico. Você não pode fazer um plano estratégico dizendo que parte da população é desqualificada. Partindo desse princípio excludente, não é um plano estratégico, mas uma estratégia para manter a exclusão. Bom, então eu chamei a atenção para isso, e eles tiraram essa idéia de que a população é desqualificada e colocaram, no seu lugar, que o que faltava à população era educação ambiental, o que é na verdade a mesma coisa. Ou seja, dizer: "precisamos educar nossos bárbaros". Enfim, nesse contexto, onde você nega a possibilidade da população que lá está, não há plano estratégico real. Não há expressão da cidade. Há sim uma estratégia manipuladora. Outra coisa é essa de que nos planos estratégicos todo mundo se acha numa posição estratégica... Ah! Vamos ver a realidade, nem todas as cidades se encontram em posição estratégica, e por isso é ridículo você no planejamento urbano considerar o paradigma da competição como única força.

Agora, quanto à questão de como superar isso tudo, evidentemente que deve haver uma discussão técnica, mas ela não é suficiente. E, nesse sentido, eu acho interessante destacar os procedimentos do orçamento participativo, porque acredito que nele há um processo sócio-político no qual a população da cidade começa a falar. Então ao se ouvir o que as pessoas têm a dizer, começa a aparecer a cidade real, ou seja, as identidades reais. E os técnicos dos órgãos de planejamento devem estar atentos para isso.

Voltando um pouco à questão do plano estratégico, nesse momento estão fazendo em Recife, através de um projeto do Banco Mundial chamado *City Alliance*, um novo plano para a Região Metropolitana denominado "Metrópole Estratégica". É um pouco estranho recomeçar mais uma vez um plano, porque já tivemos em 1998, o Plano Diretor da Região Metropolitana de Recife, só que agora é um plano junto ao Banco Mundial. ... Bom, tem um técnico

envolvido nesse plano, um economista que é até é considerado de esquerda, e ele fez um organograma em que se colocava a questão social dissociada da questão das infra-estruturas. Nesse organograma, a questão das infra-estruturas fazia parte do "econômico", e do "social" faziam parte as questões de moradia, saúde, educação, etc. Então eu fiz uma discussão com ele e perguntei se as infra-estruturas não faziam parte do social? Afinal, por quem as infra-estruturas estavam sendo decididas? Veja onde isso ia levar... Induz que os investimentos em infra-estrutura deveriam ser norteados por uma visão econômica dos pólos empresariais. Ora, isto significa que você vai falar do social, por exemplo, da questão da habitação, sem vincular a ela também as infra-estruturas. Ou seja, acaba prevalecendo a velha idéia de que é preciso ter pólos econômicos e neles investir em infra-estrutura, pensamento esse contra o qual me coloco publicamente. Já no Plano Diretor da Região Metropolitana de Recife, de 1998, qual era o grande problema? Era que se as infra-estruturas se concentram num único lugar ou em poucos lugares, esses lugares rapidamente se tornam super adensados e, então, as infra-estruturas ficam logo obsoletas. E, ao mesmo tempo, o restante da cidade continua deixado de lado. Se você investe em infra-estrutura, apenas numa área da cidade, logo essa área se torna super ocupada, congestionada. Ou seja, você vai gerar fenômenos de congestão e a cidade vai ser economicamente limitada, além dos problemas sociais. Quero dizer com isso que não é apenas tratar as questões do social e ser "bonzinho", mas se trata também da lógica econômica da cidade. Por exemplo, o que é impressionante em Paris é que lá você tem uma área muito grande dotada de infra-estruturas de mesmo padrão. Isto é, a cidade de Paris toda está num mesmo padrão de infra-estruturas, e isso é muito bom para o mercado, lógico, mas também é bom para o social. Agora, nas nossas cidades temos em geral uma área mínima que é dotada de um conjunto de infra-estruturas razoáveis, e isso concentra tudo, toda a atividade econômica, gerando não só estrangulamento econômico mas também problemas de ordem social.

Bom, voltando a questão... acredito que essa visão dos planos estratégicos será superada no próprio processo social e político, a partir do momento em que houver uma maior democratização e as pessoas começarem ver as coisas e falar sobre elas. Afinal, não é porque elas não estudaram que não podem falar sobre a cidade.

Luis: Professor, voltando-se agora especificamente para as questões metropolitanas, vemos que as Regiões Metropolitanas desde que foram criadas,

no início da década de 1970, pouco serviram para as suas finalidades, qual seja, o planejamento integrado das áreas metropolitanas. Ao seu ver, quais seriam as principais debilidades das Regiões Metropolitanas e propriamente de suas agências (metropolitanas) de planejamento?

Jan: Eu vejo uma evidência: historicamente, a instituição das Regiões Metropolitanas pelo Governo Militar foi um ato de intervenção de cima para baixo, o que contribuiu de certa forma para que elas não funcionassem. Mas é interessante observar que no caso de Recife, o planejamento metropolitano foi muito forte. E eu diria que, de certo modo, ainda continua sendo. Enquanto o planejamento metropolitano desapareceu ainda no período do Governo Militar, como em São Paulo, por exemplo, em Recife continuou existindo. Mas de fato não podemos ignorar que no resto do país a dimensão metropolitana no planejamento praticamente desapareceu. E a grande questão, e que é relativamente forte, é: será que a dimensão metropolitana pode ser uma instância de planejamento, sem que seja também uma instância de representação política? Porque se você pega os conselhos das Regiões Metropolitanas, verá que eles são constituídos metade pelos prefeitos e a outra metade pelos representantes do Estado. Não existe a participação direta da sociedade. Sobre isso, eu me lembro de um texto da Berta Berker, publicado na Revista Brasileira de Geografia de 1986, em que ela discute a descentralização, a crise do estado e a região; e nesse texto ela de certa forma defende o planejamento macrorregional, idéia com a qual, obviamente, concordo. Mas a questão é como fazer isso instituindo representação política. Você vai propor mais deputados? Se fizer isso você vai ser apedrejado. A propósito disso, se você analisar a Inglaterra, os EUA e a França, verá que esses países têm em média 1 representante por 100 habitantes. E uma vez eu fiz um cálculo para o Brasil, considerando os vereadores, deputados, etc., e vi que aqui dá 1 representante por 1500 habitantes. Talvez isso tenha mudado um pouco, porque agora existem mais municípios. Mas de qualquer forma é muito pouco, só que mesmo assim não dá para se propor mais representantes com remunerações. Isso não seria aceito. De qualquer forma, estou convencido de que é preciso haver representação política, porque senão se mantém a tendência de um planejamento técnico desvinculado. Agora depois da Constituição de 1988, vimos as assembleias legislativas dos estados criarem novas Regiões Metropolitanas, o que mostra que o fenômeno metropolitano é real. E eu acho que ao se querer realizar planejamento nessa escala, é preciso

também criar algum mecanismo de representação política. Caso contrário, continuaremos na velha tradição tecnicista do planejamento metropolitano.

**Luciane:** Sobre a viabilidade de implantação e execução do planejamento nas cidades, a questão da disponibilização de dados e informações vem sendo colocada como central para as prefeituras. Considerando essa problemática, gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre as dificuldades para a implantação do planejamento nos municípios brasileiros.

**Jan:** Eu concordo que a questão da informação é coisa básica. Agora é preciso pensar como foram montados os sistemas de informação nos municípios. Vamos ver que os sistemas tiveram como primeira finalidade a arrecadação. Vendo, por exemplo, o cadastro imobiliário, constata-se que dentre os seis mil municípios brasileiros são poucos aqueles que o têm. E veja, o cadastro imobiliário é montado apenas para fins de arrecadação, é esse é o seu objetivo, explicando porque as informações sobre os bairros pobres faltam ou não são atualizadas no mesmo ritmo que nos bairros onde se arrecada IPTU e ISS. É realmente lenta evolução de um sistema de informação para fins de arrecadação para um sistema que sirva também para o planejamento. Temos que ver que cada sistema de informação tem sua finalidade, tem sua origem, e que demora muito para que um sistema passe a ter múltiplas finalidades. A própria história dos censos mostra isso. O censo serviu primeiro para saber o número de soldados que um país teria. Foi com esse objetivo que Napoleão implantou o censo na França.

Mas hoje, eu vejo que existem muitos sistemas de informação novos, como os do campo da saúde, o sistema de informação da educação básica, etc., que revelam realidades novas. Mas nós precisamos saber que cada um desses sistemas tem uma origem, isto é, uma finalidade, e que portanto não podemos cobrar deles o que eles não podem nos dar. Entretanto, podemos ver como os diversos sistemas de informação se combinam e daí buscar aquilo que procuramos. Precisamos ver também que a constituição dos sistemas de informação nos municípios é um processo muito diferenciado. Há municípios que tem cadastros apenas para fins de arrecadação e outros que nem isso têm. E já temos municípios desenvolvendo informações do espaço físico natural e outros do espaço construído. E eu acho que nesse processo de constituição dos sistemas de informação, as universidades têm papel muito importante,

assim como a sociedade em geral e os conselhos que passam a cobrar informações das prefeituras, fazendo com que estas passem então a organizar seus dados. Mas temos ainda uma outra questão que envolve as prefeituras. É o fato de que muitas vezes se faz uso de um sistema de informação, um determinado cadastro, sem que antes se saiba para que ele foi feito e o que ele pode oferecer. Essa situação acontece também com aqueles que trabalham com o censo do IBGE, o qual tem suas finalidades, seus códigos, e, portanto, tem seus limites e não poderá nos dizer tudo. Mas o que vemos é um certo uso irresponsável, em que as pessoas não sabem o que os dados significam, ou como foram colhidos, etc. Outra coisa é essa idéia de que se pode juntar tudo num único sistema, o que eu não acredito. Vejo sim que cada sistema tem uma finalidade específica e que você, sabendo disso, poderá cruzar as informações de um e de outro, entretanto, sem achar que vai ter de repente um grande panóptico. Enfim, acho que precisamos estar conscientes de que cada tipo de informação tem uma finalidade e que há, portanto, alguém por trás dela com algum objetivo na sua produção.

Agora vamos ver um outro problema, que está relacionado com o trabalho do pessoal da informática e geoprocessamento. Vemos que eles passaram a ser tão exigentes e perfeccionistas nas informações, e esqueceram que há certos produtos intermediários, de um determinado nível, digamos, não perfeito, mas que podem ser úteis desde que usados conscientemente. Ora, não dá para se pensar que vamos chegar a um sistema ideal. Aliás, uma vez eu participei em Recife de um seminário sobre sistemas de informação espacial em saúde, e pediram-me para que fizesse uma intervenção sobre gestão territorial e saúde. E, então, o que eu falei foi em função de um contato que eu tive com um pessoal que estava trabalhando com as informações levantadas pelos agentes comunitários de saúde. E lá tinha um técnico que havia dito que o grande problema era que o agente comunitário de saúde não fechava o polígono do sistema, idéia contra a qual me posicionei, porque na verdade quem trabalha com a informação não deve dizer ao ator da coleta de informação a maneira de se trabalhar. Quem trabalha com a informação deve desenhar um sistema que considere o trabalho daqueles que fazem a coleta da informação, isto é, daqueles que estão lá na ponta alimentando todo o sistema. E eu vejo que esse é o grande problema: o sistema de informação fica sempre reduzido ao computador e àquele que o concebe; já as pessoas que trabalham no levantamento da informação de base acabam não sendo consideradas como sujeitos do sistema.

Então, a concepção do sistema fica incompleta mesmo. Aliás, isso é um pouco uma doença de nossa época. Em função das ciências da informação, as pessoas perderam de vista que os sistemas de informação se compõem da ponta (de quem trabalha no levantamento da informação) até àqueles que processam e organizam a informação. E estes devem dar um retorno àqueles que trabalham na base, como também devem ser capazes de retratar o espaço constituído a partir da ação dos agentes do levantamento, não o contrário.

**Luciane:** Professor, considerando as questões trabalhadas até aqui, gostaríamos que o senhor encerrasse fazendo uma rápida análise do Estatuto da Cidade enquanto instrumento de combate à problemática que caracteriza o processo de urbanização no Brasil.

**Jan:** Para falar do Estatuto, acho que primeiro é preciso situá-lo numa perspectiva histórica. Ele resulta de um conjunto de debates iniciados ainda na década de 1950 e início da década de 1960, quando se discutiam as reformas de base. Nesse momento, havia os movimentos sanitarista, da assistência social, da cultura popular, da reforma agrária, etc. Chega então o Governo Militar e barra tudo. Apenas muito depois, no movimento da Constituição de 1988, é que o debate ressurge. Mas dentre os movimentos, apenas o sanitarista conseguiu avançar com a Constituição de 1988, uma vez que conseguiu que fosse aprovado o Sistema Único de Saúde (SUS). O restante das reformas ou ficaram para trás, ou passaram apenas algumas coisas, ou ainda ficaram remetidas à aprovação de leis posteriores. E dessas leis posteriores, tivemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei de Assistência Social, por exemplo. E, como uma dessas leis posteriores, vimos que o Estatuto da Cidade acabou demorando muito para ser aprovado. Agora por que essa demora? É interessante ver que o movimento sanitarista estava apoiado num corpo de profissionais da saúde muito bem organizado, e que estavam realmente interessados na reforma sanitária. E isso contribuiu para a realização das reformas ainda na Constituição de 1988. Já nos setores profissionais do urbanismo e de gestão da cidade, aqueles que carregavam a reforma urbana eram minoria. Se você pensar no Instituto dos Arquitetos do Brasil, o CREA, verá que o corpo de profissionais desse instituto e desse conselho não chega a assumir uma postura em prol de reformas profundas. Agora, o que me preocupa nesse momento são as críticas que se fazem ao Estatuto da Cidade no interior desse corpo de profissionais, porque

se se ficar fazendo crítica ao Estatuto nesse ambiente, em que o apoio já é pequeno, corremos o risco de perder a possibilidade de aplicar algo. E aí eu fico mesmo preocupado, pois mal saiu a Lei e já começam as críticas, quando na verdade deveríamos ver o itinerário histórico complicado de sua aprovação e assumir, apesar de termos consciência dos limites, que a lei é boa e que tem muitas potencialidades. A partir daí faço a seguinte análise. Quais são os fatos estruturais e as mudanças dos últimos vinte anos que o Estatuto da Cidade registra? Eu acho que há uma coisa importantíssima que ele registra, que é a questão da gestão democrática e da transparência. Há também o registro de alguma interpenetração da questão ambiental dentro do urbano. Isto é, existem avanços efetivos que se deram no campo da política, da gestão democrática e também, ainda que seja um avanço lento, na questão da integração dos aspectos ambientais físicos, naturais, com os aspectos do ambiente construído das cidades. De outro lado, as questões estruturais da cidade se mantiveram ou até se agravaram, como é o caso da questão da desigualdade do acesso ao solo, a retenção especulativa, etc. Ou seja, permanece ainda uma série de questões basicamente relacionadas ao solo e ao modo capitalista de se produzir a cidade. Então, o que o Estatuto da Cidade está proporcionando? Vejo que ele está dando uma certa segurança jurídica para a aplicação de determinados instrumentos que obviamente não são a "salvação da pátria", mas que podem ser interessantes. Por exemplo, esse lento processo de parcelamento e edificação compulsório, via notificação e IPTU progressivo, a desapropriação, o direito de preempção, etc. O Estatuto tem, portanto, instrumentos que tratam dessa questão da especulação e da retenção especulativa. Também tem instrumentos que tratam da relação do poder público com o setor privado. E têm os instrumentos que tentam regular as parcerias (aqui se situam as famosas operações urbanas). Enfim, são esses instrumentos que podem ser interessantes desde que consigam ser implantados, o que só se dará se houver mobilização de setores da opinião pública, incluindo o movimento dos sem teto, e de parcelas, mesmo minoritárias, de profissionais do Urbanismo e do Judiciário. Novamente, por essa razão, insisto na importância dos artigos referentes à gestão democrática e à publicidade dos Planos Diretores.